



Fundo de Renda Fixa - BMC Curto Prazo

Indicadores confirmam desaceleração dos negócios

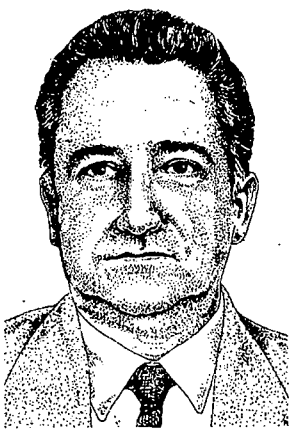
Economistas têm dúvida se processo desembocará em recessão

por Maria Aparecida Damasco
de São Paulo

Céticos durante um bom tempo em relação ao impacto das medidas anticonsumo providenciadas pelo governo, os economistas parecem finalmente convencidos de que os negócios estão andando mais devagar. Persistem fortes dúvidas, porém, se essa desaceleração irá se transformar em recessão e se será capaz de promover os ajustes macroeconômicos desejados pelo governo — principalmente o reequilíbrio da balança comercial.

Por enquanto, são mais visíveis os efeitos perversos do processo. As vendas do comércio continuam a perder fôlego, embora ainda não se caracterize uma paradeira dos negócios. Em maio, o faturamento do varejo na Grande São Paulo subiu 8,88% em comparação com o mesmo mês do ano passado e, em abril, havia crescido 22,58% — segundo pesquisa da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo. Uma pesquisa de opinião realizada recentemente pela Federação, no universo do pequeno comércio, revela que 64% dos entrevistados esperam queda de vendas em junho, no confronto com igual período de 1994.

A desaceleração também bateu na indústria, ainda que com intensidade diferente, dependendo do setor e do porte das empresas. Bens de consumo durável, mais dependentes do crédito, e pequenas e médias empresas são os mais sacrificados. O principal indicador da mudança de ritmo da produção é o nível de emprego na indústria paulista, medido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP):



José Augusto Savasini

em maio, o emprego caiu 0,41%, o que representa 9.976 demissões. Foi o primeiro resultado negativo desde setembro do ano passado.

Mais preocupante ainda é a ciranda de inadimplência que se instalou na economia — e que já funciona como uma poderosa restrição ao consumo. Os consumidores reduziram suas compras ao estritamente necessário. Lojistas e financeiras aumentam as exigências para a concessão de crédito, com o objetivo de se prevenir contra um eventual calote. E os bancos limitam seus financiamentos aos clientes de primeiríssima linha, assustados com a onda de insolvência.

Segundo levantamento da Serasa — Centralização de Serviços de Bancos, o volume de protestos contra pessoas físicas e jurídicas aumentou 132% em maio, na comparação com o mesmo mês do ano passado e 34,6% com abril. Os pedidos de concordatas chegaram a 276, o que significa 411% a mais do que em maio do ano passado e 84% a mais do que em abril. Dois indicadores que aproximam o quadro atual da quebradeira pós-Cruzado.

O economista José Augusto Arantes Savasini, da Rosenberg Associados, é taxativo: “A atividade econômica está despencando”. E, na sua opinião, não há no horizonte nada capaz de reverter essa tendência. A curto prazo, aliás, os aumentos autorizados para algumas tarifas públicas — como, por exemplo, ônibus, gás e água — tendem até a acentuar o aperto no consumo, pois irão resultar num corte imediato dos orçamentos das classes de menor renda.

Para Savasini, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), no final do ano, deverá se limitar, no máximo, a 4,5%. Nada que caracterize uma recessão. Mas, sem sombra de dúvida, uma forte desaceleração em relação ao primeiro trimestre do ano, quando a expansão anualizada do PIB estava em 10,5%. Essa brusca mudança de ritmo deverá causar, nos empresários, uma “sensação” de recessão, não confirmada pelas estatísticas.

O economista Celso Martone, da Universidade de São Paulo (USP), não despreza a hipótese de que a economia entre mesmo em recessão. “Estamos caminhando para um quadro de estagflação”, afirma ele. E sua avaliação, se a recessão vier, será desencadeada pelo lado da oferta e não da demanda.

A insistência do governo em manter o câmbio abaixo do nível real acabou produzindo uma “queda cavalara” na atividade agrícola e exportadora. E a manutenção da política de juros altos está encolhendo os estoques em toda a cadeia produtiva, além de reforçar a inadimplência. Pior ainda, para Martone, é que, no final da linha, a contenção da oferta traduz-se

também em contenção do consumo —, uma vez que provoca redução de emprego e, por tabela, redução de renda.

Preocupado em não pintar um quadro pessimista para os próximos meses, o economista Cláudio Adilson Gonçalves, da MCM Consultores Associados, insiste em qualificar de desaceleração e não de recessão a queda do consumo iniciada no segundo trimestre. Uma sondagem realizada semanalmente pela consultoria junto à indústria e ao comércio confirma essa tendência. As vendas, que vinham mantendo um aumento de 14% sobre a mesma semana do ano passado, estão em junho apenas 6% mais elevadas, pela mesma base de comparação.

Em consequência, a sondagem revela também um persistente aumento involuntário de estoques, a partir de abril. Segundo as projeções da MCM, os negócios, no segundo semestre, deverão empatar com o nível registrado no mesmo período de 1994, ou até mesmo cair perto de 10%.

Há, porém, duas chances de alívio nesse quadro, nos próximos meses. A reabertura do crédito rural, pelo Banco do Brasil, poderá injetar algum ânimo no combalido mercado do interior. Além disso, o amplo processo de renegociação das dívidas dos consumidores, desencadeado pelo próprio Banco Central, poderá pelo menos conter o avanço da inadimplência, restabelecendo a capacidade de consumo de parte da massa de classe média. De toda forma, trata-se de um mero desafogo e não de qualquer retomada da onda de consumo provocada pelo Real.